

HABEAS CORPUS Nº 570.440 - DF (2020/0079174-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
JAIME DE CARVALHO LEITE FILHO - DF036809
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
IMPETRADO : TODOS OS JUÍZOS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, ESTADUAIS E FEDERAIS, DE 1ª INSTÂNCIA
PACIENTE : TODAS AS PESSOAS PRESAS OU QUE VIEREM A SER PRESAS E ESTEJAM NOS GRUPOS DE RISCO DA PANDEMIA DA COVID-19 (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

Superior Tribunal de Justiça

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* coletivo, preventivo e repressivo com pedido liminar impetrado em favor de todas as pessoas presas, e que vierem a ser presas, que estejam nos grupos de risco da pandemia da Covid-19. São apontadas como autoridades coatoras todos os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais pátrios, e todos os Juízos criminais e de execução penal, estaduais e federais, de primeira instância. É trazida à colação, contudo, decisão monocrática proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que, no *Habeas Corpus* coletivo n. 5006312/81.2020.4.03.0000, impetrado na origem, indeferiu o pedido liminar.

Superior Tribunal de Justiça

O objeto da presente irresignação, como aduz a própria Defensoria Pública da União na petição inicial do *writ*, tem como escopo o estabelecimento de *"standards mínimos uniformes de aplicação obrigatória pelos Juízos Federais e Estaduais, de primeira e segunda instância, no desiderato de que sejam feitas, por estes, as análises necessárias a conter a pandemia pela COVID-19 no âmbito das penitenciárias nacionais"* (e-STJ fl. 3).

Ao longo da impetração, o órgão de defesa elenca os motivos pelos quais entende ser cabível o manejo de *habeas corpus* coletivo, bem como assere a sua legitimidade para tal mister.

Discorre sobre quem seriam as pessoas pertencentes ao que se convencionou, em tempos hodiernos, denominar grupos de risco em relação à famigerada pandemia, quais sejam: *"I - pessoas acima de 60 (sessenta) anos; II - pessoas com doenças crônicas ou respiratórias, como pneumopatia, tuberculose, cardiovascular, nefropatia, hepatopatia, doença hematológica, distúrbio metabólico (incluindo diabetes mellitus), transtorno neurológico que possa afetar a função respiratória, imunossupressão associada a medicamentos, como neoplasia, HIV/aids e outros; III - pessoas com obesidade (especialmente com IMC igual ou superior a 40); IV - grávidas em qualquer idade gestacional; e V - puérperas até duas semanas após o parto"* (e-STJ fl. 5).

Sustenta que, em um *"universo de mais de 800 mil presos no país, essa gigantesca população carcerária tem pessoas nas mais diversas situações, em distintos regimes de cumprimento de pena, ou mesmo sem um édito condenatório definitivo"*, e **que não pretende, com o aviamento do presente remédio constitucional, "discutir a legalidade de cada uma dessas prisões no momento em que foram decretadas"**, mas que, *"à vista do estado de coisas inconstitucional que viceja no sistema carcerário brasileiro (ADPF 347 do Supremo Tribunal Federal), parece evidente que uma pandemia de uma doença respiratória que se dissemina com maior facilidade no contato interpessoal e que tem por recomendações das autoridades sanitárias e de saúde mundiais o isolamento social e a constante higienização das mãos com água corrente e sabão ou álcool em gel, tem o potencial de atingir praticamente todos os presos do país,*

amontoados em cadeias superlotadas, sem ventilação adequada e sem as mínimas condições de higiene para a prevenção da doença. Junte-se a isso a já debilitada saúde dos presos, causada justamente por todos esses elementos nefastos das condições carcerárias já apontados, e temos um quadro de um absurdo número potencial de mortes que poderão ocorrer entre os encarcerados" (e-STJ fl. 5, grifos no original).

O relatório confeccionado pela Corte regional bem sumaria, em tópicos, a controvérsia ora entabulada como *causa petendi*, razão pela qual trago à colação excerto do que ficou consignado, a fim de evitar a tautologia, *in verbis* (e-STJ fls. 26/28):

a) a pandemia do Coronavírus tem como recomendação de diversas autoridades governamentais dos países atingidos evitar a aglomeração de pessoas, notadamente em locais fechados, sendo os grupos que padecem de maior incidência de casos graves e letais os idosos, gestantes, portadores de doenças crônicas, v. g., diabetes, hipertensão e doenças cardíacas, portadores de doenças respiratórias e renais e imunodeprimidos;

b) é dever do Estado preservar a incolumidade do preso, sendo de conhecimento comum que o sistema prisional brasileiro está falido, como se reconheceu no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347, julgada pelo Supremo Tribunal Federal;

c) nesse momento de grave crise no sistema de saúde mundial, manter preso alguém integrante de grupos de risco, nas degradadas penitenciárias do Brasil significa antecipar o óbito de milhares de pessoas e permitir a geração de incontáveis focos da doença que se estenderá inevitavelmente aos funcionários dos presídios e do sistema judiciário criminal e aos familiares dos presos;

d) ainda que a imensa maioria das situações que possam ser combatidas pelo writ sejam de caráter individual não se pode negar que a tutela coletiva dos direitos fundamentais individuais é adequada para resguardar o direito dos vulneráveis que sofram a mesma violação pelo Estado brasileiro, ou seja, do Coronavírus contaminar os encarcerados e transformar a prisão em pena capital;

e) é impossível determinar neste momento, ante a urgência própria da situação em tela, quantos e quais presos estão nos grupos de risco da Covid-19, sendo possível que todos os Juízes Criminais e de Execução Penal de primeira instância da 3ª Região tenham determinado a prisão de pessoas expostas aos efeitos letais produzidos pelo Coronavírus, sendo, nos termos do art. 108, I, d, da Constituição da República, competente o Tribunal Regional Federal para julgar os atos dos juízes federais;

f) o próprio Tribunal Regional Federal prolatou decisões que podem ser consideradas como constrangimento ilegal superveniente, sendo o caso de extensão pelo Tribunal dos efeitos da decisão às prisões

cautelares determinadas em segunda instância, ainda que ex officio;

g) somente após o trânsito em julgado haverá título executivo para cumprimento da pena sendo toda prisão anterior à condenação irrecorrível considerada cautelar e a situação de risco do Covid-19 pode significar a morte daqueles que ainda se presume inocente, sendo inevitável a existência de rebeliões e fugas desesperadas daqueles que não querem aguardar a chegada da epidemia aos presídios, como se tem notícia no caso dos presídios paulistas;

h) a realidade das prisões e o advento das graves consequências do Coronavírus para as pessoas integrantes do grupo de risco passou a configurar verdadeiro constrangimento ilegal;

i) a título de tratamento da doença os órgãos federais e estaduais de saúde recomendam que os casos suspeitos de portar a doença sejam mantidos em isolamento domiciliar, isolamento que é impossível para os infectados mantidos presos, sendo os presídios, além de insalubres, provavelmente incapazes de prover algum tratamento médico, bem como facilitadores da disseminação da doença;

j) “atento à gravidade do problema, o Conselho Nacional de Justiça publicou hoje a Recomendação 62/2020, onde reconhece ‘o alto índice de transmissibilidade do novo Coronavírus e o agravamento significativo do risco de contágio em estabelecimentos prisionais e socioeducativos, tendo em vista fatores como a aglomeração de pessoas, a insalubridade dessas unidades, as dificuldades para garantia da observância dos procedimentos mínimos de higiene e isolamento rápido dos indivíduos sintomáticos, insuficiência de equipes de saúde, entre outros, características inerentes ao ‘estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347” (Id n. 127253572);

k) aplicável ao caso a situação prevista no art. 4º da Recomendação 62/20 do Conselho Nacional de Justiça a permitir o manejo do habeas corpus coletivo considerando o constrangimento ilegal do alto risco de contaminação a que está exposto o preso que vier a ser mantido encarcerado e integrar algum grupo de risco e de alta letalidade em razão do Covid-19; [...].

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 26/31), razão pela qual a Defensoria Pública da União se vale do presente e postula, inclusive liminarmente, que (e-STJ fls. 14/15):

*1. requeiram aos órgãos federais e estaduais de administração penitenciária a listagem de todos presos, definitivos ou provisórios, que pertençam aos **GRUPOS DE RISCO** da COVID-19, assim entendidas (i) pessoas acima de 60 (sessenta) anos, (ii) pessoas com doenças crônicas ou respiratórias, como pneumopatia, tuberculose, cardiopatologia, nefropatia, hepatopatia, doença hematológica, distúrbio metabólico (incluindo diabetes mellitus), transtorno neurológico que possa afetar a função respiratória, imunossupressão*

associada a medicamentos, como neoplasia, HIV/aids e outros, (iii) pessoas com obesidade (especialmente com IMC igual ou superior a 40), (iv) grávidas em qualquer idade gestacional, e (v) puérperas até duas semanas após o parto.

2. *requisitem aos mesmos órgãos de administração penitenciária o quantitativo de casos suspeitos de COVID-19 em cada penitenciária;*

3. *requisitem aos mesmos órgãos de administração penitenciária a efetiva demonstração das medidas sanitárias que foram tomadas para conter o avanço da COVID-19 em cada estabelecimento penitenciário, em atenção à Portaria Interministerial MJSP/MS nº 7, de 18 de março de 2020, bem como sua estimada efetividade;*

4. *realizem levantamento dos presos que (i) estejam reclusos por crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa e (ii) já tenham cumprido o requisito temporal à progressão de regime, pendente unicamente o exame criminológico.*

5. ***em seguida***, verifiquem, caso a caso ou coletivamente em relação a cada casa prisional, obedecidas as regras de competência de cada órgão jurisdicional, ouvidos o Ministério Público (arts. 67 e 68 da Lei nº 7.210/1984), a Defensoria Pública (arts. 81-A e 81-B da Lei nº 7.210/1984) e, havendo, a defesa constituída, a viabilidade de serem concedidas as seguintes benesses, ***a perdurar até o fim da pandemia:***

i. concessão de ***liberdade condicional*** aos presos em grupo de risco, sempre que não estiver ***demonstrado***, para além de qualquer dúvida razoável, que o estabelecimento prisional poderá conter o contágio internamente; e/ou

ii. concessão de ***prisão domiciliar*** aos presos em grupo de risco, sempre que não estiver ***demonstrado***, para além de qualquer dúvida razoável, que o estabelecimento prisional poderá conter o contágio internamente; e/ou

iii. concessão de ***prisão domiciliar*** a todos os presos por crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa (art. 4º, inciso I, alínea “c”, da Recomendação CNJ 62/2020), sempre que não estiver ***demonstrado***, para além de qualquer dúvida razoável, que o estabelecimento prisional poderá conter o contágio internamente; e

6. da mesma forma do pedido alhures, ***verifiquem*** a viabilidade de conceder as seguintes benesses:

i. progressão imediata de pena, atendido o critério temporal, e independentemente do exame criminológico; e/ou

ii. progressão antecipada ao regime aberto daqueles submetidos ao regime semiaberto;

iii. saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pelo Enunciado de Súmula Vinculante nº 56 do Supremo Tribunal Federal; e

7. ***se abstenham*** de determinar a prisão de ***qualquer integrante dos grupos os grupos de risco da COVID-19, salvo situações excepcionais, a serem objeto de específica e concreta fundamentação***, sem prejuízo da adoção de outras medidas acautelatórias, como o regime domiciliar (grifos no original).

Manifestação do Ministério Público de Estado do Rio de Janeiro
acostado às e-STJ fls. 40/54.

É, em síntese, o relatório.

Inicialmente, verifica-se que a insurgência que ora se propõe volta-se contra decisão da Corte regional que indeferiu o pleito liminar, e o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS. INEXISTÊNCIA. INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. SÚMULA N. 691 DO STF. NÃO SUPERAÇÃO. CUSTÓDIA PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. In casu, o mérito da impetração originária não foi analisado pelo Tribunal a quo. Atrai-se à hipótese o impeditivo do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, que só é ultrapassado se a ilegalidade é tão flagrante que não escapa à pronta percepção do julgador.

[...]

6. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 558.706/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA. DECISÃO PROFERIDA COM OBSERVÂNCIA DO RISTJ E DO CPC. ATO COATOR: DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DA INSTÂNCIA DE ORIGEM. INDEFERIMENTO DA LIMINAR. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE MANIFESTA QUE AUTORIZA A RELATIVIZAÇÃO DA DIRETRIZ DA SÚMULA 691 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A prolação de decisão monocrática pelo ministro relator, ou mesmo pela Presidência no período de férias forenses, está autorizada não apenas pelo RISTJ, mas também pelo CPC. Nada obstante, como é cediço, os temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao colegiado, por meio do controle

Superior Tribunal de Justiça

recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem.

[...]

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 556.937/MG, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 02/03/2020, grifei.)

Frise-se, ainda, quanto à possibilidade de manejo do presente remédio heroico, em sua feição coletiva, que esta Corte Superior de Justiça há muito já sufragou o entendimento de que se afigura **"em princípio descabida a roupagem 'coletiva' dada ao habeas corpus, até porque a competência para o julgamento do writ neste Superior Tribunal de Justiça deve ser firmada em razão da execução de cada preso e não pela situação ou local onde um grupo de presos se encontra no momento da impetração"** (AgRg no HC n. 269.265/SP, relatora a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 10/06/2013, grifei).

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS COLETIVO. PRESOS. AUSÊNCIA DE BANHO DE SOL. VIA INADEQUADA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CADA DETENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A privação provisória do banho de sol deve ser analisada casuisticamente, à luz do histórico disciplinar de cada apenado, considerando-se também o espaço físico em que se encontra cada reeducando submetido à disciplina de isolamento ou de proteção, além do prazo em que o detento ficará no referido regime. Assim, o habeas corpus coletivo não é a via adequada quando o exame requer a verificação da situação individualizada de cada detento.

2. O habeas corpus não se revela o meio apropriado pra resolver graves problemas ligado às condições das cadeias e presídios brasileiros.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 515.672/RJ, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019.)

No entanto, é cediço que, além de haver precedentes desta Corte em

sentido diverso (v.g. HCs n. 207.720/SP e 142.513/ES), o Supremo Tribunal Federal, recentemente, entendeu pela possibilidade de *habeas corpus* coletivo, hipótese essa veiculada no julgamento do HC n. 143.641, proveniente da **Segunda Turma**, de relatoria do Ministro **Ricardo Lewandowski**, publicado em outubro de 2018, no qual ficou assentado, em breves linhas, que se deve:

[...] autorizar o emprego do presente writ coletivo, dado o fato de que se trata de um instrumento que se presta a salvaguardar um dos bens mais preciosos do homem, que é a liberdade. Com isso, ademais, estar-se-á honrando a venerável tradição jurídica pátria, consubstanciada na doutrina brasileira do habeas corpus, a qual confere a maior amplitude possível ao remédio heroico, e que encontrou em Ruy Barbosa quiçá o seu maior defensor. Segundo essa doutrina, se existe um direito fundamental violado, há de existir no ordenamento jurídico um remédio processual à altura da lesão.

À toda a evidência, quando o bem jurídico ofendido é o direito de ir e vir, quer pessoal, quer de um grupo pessoas determinado, o instrumento processual para resgatá-lo é o habeas corpus individual ou coletivo.

É que, na sociedade contemporânea, burocratizada e massificada, as lesões a direitos, cada vez mais, assumem um caráter coletivo, sendo conveniente, inclusive por razões de política judiciária, disponibilizar-se um remédio expedito e efetivo para a proteção dos segmentos por elas atingidos, usualmente desprovidos de mecanismos de defesa céleres e adequados.

[...]

No Brasil, ao par da já citada doutrina brasileira do habeas corpus, que integra a épica história do instituto em questão, e mostra o quanto ele pode ser maleável diante de lesões a direitos fundamentais, existem ainda dispositivos legais que encorajam a superação do posicionamento que defende o não cabimento do writ na forma coletiva.

Nessa linha, destaco o art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, que preconiza a competência de juízes e os tribunais para expedir, de ofício, ordem de habeas corpus, quando, no curso de processo, verificarem que alguém sofreu ou está na iminência de sofrer coação ilegal. A faculdade de concessão, ainda que de ofício, do writ, revela o quanto o remédio heroico é flexível e estruturado de modo a combater, de forma célere e eficaz, as ameaças e lesões a direitos relacionados ao status libertatis.

A questão, portanto, ainda é incipiente, e não se pode afirmar, de forma inconcussa, que é possível o manejo de *habeas corpus* para toda e qualquer espécie de tutela coletiva, devendo a análise de cada impetração ser perquirida de *per si*.

Pois bem. A hipótese que é trazida a esta Corte cinge-se à possibilidade de se perscrutar sobre a existência de eiva que autorize a superação do precitado verbete sumular, que, como referido, somente é possível diante de ilegalidade manifesta, o que não parece ser o caso vertente.

Com efeito, o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347. E, no julgamento, foi alertado pelo Ministro Luiz Edson Fachin que "*o Judiciário não tem atribuição de induzir uma forma atípica de indulto*", fundamento esse que possui o condão de afastar a tese defensiva, ao menos neste juízo de cognição sumária, de que "*a determinação genérica de soltura de presos nem sequer é nova em nosso sistema, sendo anualmente adotada pelo Presidente da República nos indultos, restando apenas aos juízes de execução identificar se presentes os requisitos objetivos delineados no decreto*" (e-STJ fl. 6).

Ainda seguindo a mesma linha de intelecção, é de bom alvitre frisar, consoante consignado pela própria Corte regional, que "*a dificuldade na apreciação do pedido liminar na forma em que deduzida consiste em decidir-se genericamente sem o conhecimento de causa quanto à realidade subjacente de cada situação específica. Note-se que sequer se sabe ao certo quais seriam os juízes responsáveis por eventual abuso ou desvio de poder, males para cujo combate serve o habeas corpus*" (e-STJ fl. 31, grifei).

Os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem, para negar o pedido liminar, vão ao encontro inclusive da Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça, mostrando que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação, sendo possível afirmar, como até mesmo reconhecido pela Defensoria Pública da União, que todos os Juízos de primeira instância e os tribunais têm, diuturnamente, envidado esforços para avaliar, *ante tempus*, a situação de cada preso, seja ele provisório ou até em cumprimento de pena.

Não se olvide, ainda, que esta Corte Superior não se descursa, outrossim, de analisar detidamente os *habeas corpus* que aqui aportam com a mesma temática, desde a deflagração da pandemia, com não raro deferimento de liminares, a

depender da hipótese aventada. Tal expediente demonstra que, na atual quadra, "***não há razão – em linha de princípio e dentro de uma certa razoabilidade – para se abstrair o papel do juiz e sua contribuição para o enfrentamento da crise epidemiológica***" (e-STJ fl. 31).

Deveras, a indigitada recomendação adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, assim como o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde, que também publicaram a Portaria Interministerial n. 7, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial. Trago excerto do que preceituam os arts. 4º e 5º da referida recomendação, à guisa de elucidação para o desate da *quaestio*, *in verbis*:

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Art. 5º Recomendar aos magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pela Súmula Vinculante no 56 do

Supremo Tribunal Federal, sobretudo em relação às:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência e demais pessoas presas que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão de sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

II – alinhamento do cronograma de saídas temporárias ao plano de contingência previsto no artigo 9º da presente Recomendação, avaliando eventual necessidade de prorrogação do prazo de retorno ou adiamento do benefício, assegurado, no último caso, o reagendamento da saída temporária após o término do período de restrição sanitária;

III – concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução;

IV – colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19, mediante relatório da equipe de saúde, na ausência de espaço de isolamento adequado no estabelecimento penal;

V – suspensão temporária do dever de apresentação regular em juízo das pessoas em cumprimento de pena no regime aberto, prisão domiciliar, penas restritivas de direitos, suspensão da execução da pena (sursis) e livramento condicional, pelo prazo de noventa dias;

Parágrafo único. Em caso de adiamento da concessão do benefício da saída temporária, o ato deverá ser comunicado com máxima antecedência a presos e seus familiares, sendo-lhes informado, assim que possível, a data reagendada para o usufruto, considerando as orientações das autoridades sanitárias relativas aos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do novo coronavírus.

A questão em exame, portanto, necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal regional, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator